

Teoria Social Contemporânea

Patrick Baert e Filipe Carreira da Silva

TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA



LISBOA, 2014

Título original: **Social Theory in the Twentieth Century and Beyond**

Edição original: UK, Polity Press, 2010

© Patrick Baert e Filipe Carreira da Silva, 2014

Patrick Baert e Filipe Carreira da Silva

Teoria Social Contemporânea

Tradução do inglês: António Júnior e Marta Castelo Branco

Revisão científica: Filipe Carreira da Silva

Primeira edição portuguesa: fevereiro de 2014

Tiragem: 300 exemplares

ISBN: 978-989-8536-32-7

Depósito legal:

ISBN da edição original: 978-0-7456-3980-2

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Nuno Fonseca

Impressão e acabamentos: Europress, Lda

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,

de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 238

Fax: (+351) 217 940 074

E-mail: editora.cies@iscte.pt

Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de figuras e quadros	ix
Prefácio à edição portuguesa	xi
Introdução	1
De que trata este livro.....	1
A nossa agenda	8
1 Cem anos de Teoria Social Francesa	11
A contribuição de Durkheim	13
A abordagem de Saussure à linguística.....	17
A antropologia de Lévi-Strauss.....	22
O estruturalismo genético de Bourdieu	31
O pragmatismo francês	38
Referências bibliográficas	43
2 A Metáfora Biológica	47
O primeiro funcionalismo.....	48
Talcott Parsons	58
Robert Merton	64
O neo-funcionalismo e Niklas Luhmann	70
Jeffrey Alexander e a sociologia cultural.....	73
Leituras complementares.....	77
Referências bibliográficas	78
3 O Enigma da Vida Quotidiana	81
G. H. Mead e o interaccionismo simbólico	82
A abordagem dramatúrgica de Erving Goffman	91
A etnometodologia	97
Rituais sociais, emoções e confiança: Collins e Hardin	105
Referências bibliográficas	109

4	A Invasão do Homem Económico	113
	Da teoria da escolha racional ao novo institucionalismo	113
	As explicações da escolha racional.....	115
	Teoria dos jogos	117
	O novo institucionalismo	123
	Exemplos de aplicações da escolha racional e do novo institucionalismo	128
	Problemas com a teoria da escolha racional	131
	Leituras adicionais	137
	Referências bibliográficas	137
5	A Sociologia Encontra a História	141
	Sociologia e modernidade.....	141
	A teoria da estruturação de Giddens	144
	Trazendo a história de volta: Tilly, Skocpol, Mann e Eisenstadt	154
	Referências bibliográficas	165
6	A História do Presente	169
	Um novo conceito de aquisição do saber	171
	Arqueologia.....	173
	Genealogia	177
	Avaliação e desenvolvimentos contemporâneos	185
	Referências bibliográficas	193
7	A Propagação da Razão	197
	Influências e trabalhos iniciais	200
	A teoria da ação comunicativa	205
	Entre factos e normas.....	209
	Avaliação e desenvolvimentos contemporâneos	215
	Referências bibliográficas	222
8	Um Admirável Mundo Novo?	227
	Quão distinta é a nossa era?	227
	Manuel Castells e a sociedade em rede	228
	Ulrich Beck e a sociedade de risco.....	233
	Zygmunt Bauman e a modernidade líquida	240
	Saskia Sassen e a cidade global.....	246
	Richard Sennett e a queda do homem público.....	251
	Referências bibliográficas	256
9	Conclusão	261
	Os papéis da teoria social.....	261
	Porquê a teoria social?	263
	Pragmatismo e pragmatismos.....	267
	Investigação social, reflexividade e envolvimento societal.....	275

Observações finais.....	277
Referências bibliográficas	279

Índice de figuras e quadros

Figuras

1.1	Triângulo primário de vogais (e consoantes) de Jakobson.....	26
1.2	Triângulo primário da culinária de Lévi-Strauss.....	26
1.3	Triângulo desenvolvido da culinária de Lévi-Strauss	27

Quadros

1.1	Análise do mito de Édipo por Lévi-Strauss.....	28
2.1	Relações entre variáveis-padrão e pré-requisitos funcionais de qualquer sistema de ação.....	63
2.2	Formas de adaptação dos indivíduos ao estado de anomia	68
4.1	Dilema do prisioneiro.....	120
4.2	Jogo de coordenação	122
4.3	Guerra dos sexos	122
5.1	A dimensão da dualidade da estrutura	148
5.2	Instituições e propriedades estruturais.....	148

Prefácio à edição portuguesa

É com grande satisfação que vemos o nosso livro traduzido para português, em particular devido à forte tradição da sociologia e da teoria social nos países de língua oficial portuguesa, nomeadamente no Brasil. Esta é uma tradução da segunda edição deste livro, sendo uma edição substancialmente diferente da primeira. São três as principais diferenças entre a primeira e a segunda edições. Em primeiro lugar, porque se trata de um esforço de cooperação. A primeira edição era assinada por um único autor (o Patrick Baert) enquanto esta segunda edição foi coescrita por ambos. Em segundo lugar, esta edição é muito mais extensa do que a primeira e incorpora um maior número de desenvolvimentos recentes. É, por outras palavras, uma edição atualizada. Em terceiro lugar, o capítulo final desta segunda edição apresenta a nossa própria perspectiva — que designamos de pragmática ou neo-pragmatista — acerca dos modos de pensar a teoria e a sua elaboração. A argumentação neo-pragmatista é, de certa forma, um desenvolvimento natural das nossas linhas de investigação anteriores: a filosofia das ciências neo-pragmatista de Patrick Baert e de Filipe Carreira da Silva sobre Mead e Dewey. O primeiro livro de Patrick Baert era uma investigação do trabalho de G. H. Mead sobre temporalidade e o seu significado e implicações para a teoria social contemporânea, enquanto a sua obra mais recente sobre a filosofia da ciência social apoia-se em Richard Rorty para o desenvolvimento de uma agenda reflexiva, não-fundacionista, para a investigação sociológica. Por seu lado, os primeiros dois livros de Filipe Carreira da Silva em língua inglesa apresentam uma abordagem histórica original à contribuição de Mead para a teoria social e política contemporânea, enquanto os seus escritos mais recentes exploram a teoria dos direitos desenvolvida por este mesmo autor

Teoria Social Contemporânea constitui um passo mais nesta tentativa de desenvolver uma abordagem neo-pragmatista da teoria e da investigação sociológica. Tal abordagem implica uma conceção do conhecimento não tanto como uma representação descritiva ou o reflexo fiel de uma realidade que lhe é externa, mas antes como uma intervenção ativa nessa mesma realidade. Mas, de modo ainda mais importante, esta perspectiva neo-pragmatista implica que a

investigação sociológica não seja concebida como um simples dispositivo de teste, ou prova, mas como uma oportunidade para o desenvolvimento daquilo a que chamamos uma “aquisição de conhecimento autorreferencial”, conducente a uma reflexão acerca de nós próprios (Bildung) e dos pressupostos sobre os quais se baseia a investigação por forma a permitir a conceção de cenários socio-políticos alternativos. Ao longo do livro mostramos como diversas contribuições em história, arqueologia e antropologia operam de modo semelhante àquele que defendemos em teoria social.

Uma outra implicação do nosso posicionamento pragmático relaciona-se com a forma como concebemos os objetos: não só nós e os outros enquanto tal, mas também os objetos, quer abstratos quer materiais, que compõem o mundo no qual operamos. Uma boa ilustração do que pretendemos dizer com isto é o próprio objeto que o leitor tem neste momento à sua frente. Este livro — seja em papel ou em suporte digital — pode ser concebido como uma forma de intervenção intelectual através da qual tentamos transmitir um determinado número de significados acerca da história e das funções cumpridas pela teoria social do século XX. Esta forma particular de intervenção é simultaneamente uma inscrição móvel e material da nossa orientação pragmática. Neste sentido, pode ser considerada como um agente ativo em si mesmo. Um agente dotado da capacidade de reunir, moldar e relacionar determinadas práticas, que ao fazê-lo convoca outros objetos, constitui sujeitos, e inscreve relações, fronteiras e domínios ontológicos. Um agente cujos passos podem ser reconstituídos, desde o momento em que o Patrick Baert imaginou a edição inglesa original em 1998, até esta tradução portuguesa de 2014 da segunda edição aumentada, de que o Filipe Carreira da Silva é coautor e que se encontra diante do leitor, passando por todas as reedições e traduções entretanto produzidas, disseminadas e, por fim, incorporadas nos imaginários intelectuais dos nossos leitores. A geografia de *Teoria Social Contemporânea* revela tanto acerca da circulação da nossa intervenção como acerca do mundo em que essa circulação ocorre.

Quando traduzidos e utilizados num contexto diferente, os livros podem adquirir significados novos e inesperados. Surgem novas leituras, e com elas emerge um universo de interpretações e usos completamente novos. Os nossos leitores em português interpretarão e utilizarão este livro de modo diferente do que o farão os nossos leitores em castelhano, italiano ou mandarim, por exemplo; por sua vez, esta tradução da nossa obra ajudará a moldar o entendimento e o discurso feitos em português acerca de alguns dos autores e conceitos fundamentais da teoria social do século XX. O impacto e o significado sociológico deste livro é, assim, a resultante emergente de todos estes cruzamentos simbólico-materiais entre os leitores e o texto — pelo menos, de acordo com o ponto de vista neo-pragmatista. Temos esperança de receber, num futuro próximo, algum *feedback* por parte dos nossos leitores em português acerca do modo como se relacionam com este livro e com a sua agenda teórica.

Uma palavra final quanto à tradução, da responsabilidade de António Júnior e Marta Castelo Branco. Optou-se por usar no corpo do texto os títulos das obras citadas no original, exceto quando disponíveis em tradução para português; nestes casos, o título surge não no original mas tal como foi traduzido.

A revisão científica da tradução ficou a cargo de Filipe Carreira da Silva. Os autores aproveitam esta oportunidade para agradecer publicamente aos tradutores o singular empenho e extraordinário brio profissional com que passaram o nosso texto para português.

Patrick Baert e Filipe Carreira da Silva

Introdução

De que trata este livro

Consideramos que a teoria social é uma reflexão relativamente sistemática, abstracta e geral acerca do funcionamento do mundo social. Por muito elementar que esta definição possa ser, decorrem dela uma série de consequências. Antes de mais, discutiremos apenas teorias que tenham atingido um elevado nível de *abstracção*. Não queremos com isto, seguramente, dizer que estas teorias sociais sejam necessariamente independentes do estudo empírico da sociedade. Obviamente, algumas teorias mantêm a mais ténue das relações com a investigação empírica, enquanto outras dependem ou enformam grandemente a sociologia empírica. Mas quer se baseiem em fundamentos empíricos ou não, o objectivo principal dos teóricos sociais é, obviamente, teorizar, existindo assim uma clara distinção entre a natureza abstracta da teoria social e as orientações práticas da sociologia empírica. Em segundo lugar (e em relação com isto), trataremos de explorar teorias que possuam um elevado grau de *generalidade*. Ou seja, que procurem cobrir diversos aspectos do domínio social ao longo de diferentes períodos e através de diversas sociedades. Em terceiro lugar, devemos considerar a natureza *sistemática* das teorias sociais. Quando comparadas com meras opiniões e crenças, aquelas exibem um elevado nível de coerência e consistência interna. Até as tentativas mais recentes de abandono das grandes construções teóricas são empreendimentos sistemáticos; não são meras amálgamas de opiniões.

Ao escolhermos como ponto de partida o início do século XX não queremos sugerir que a teoria social seja uma criação deste período. A tradição da teoria social remonta a períodos bem anteriores. Desde os pensadores clássicos gregos até aos *philosophes* do século XVIII, o domínio do social tem sido persistentemente um tema de reflexão teórica. Para mais, a teoria social foi determinante para a emergência da sociologia enquanto disciplina autónoma no decurso do século XIX. Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx (para mencionar apenas alguns nomes) desenvolveram visões extremamente elaboradas acerca dos mecanismos do mundo social. No entanto, a teoria social contemporânea é, pelo menos

nalguns aspectos, muito diferente da sua predecessora oitocentista. Podemos identificar três diferenças fundamentais.

Em primeiro lugar, muito embora Comte, Durkheim e outros se esforçassem activamente por estabelecer a sociologia como uma disciplina independente, a construção teórica e a investigação empírica encontravam-se longe de serem consideradas campos de especialização instituídos. Em muitos países, inversamente, a teoria social tem vindo crescentemente a constituir-se como um campo académico independente — claramente distinto da sociologia empírica. Em segundo lugar, a teoria social profissionalizou-se. No século XIX era praticada por indivíduos com formação em áreas afins (nomeadamente a filosofia). Muito poucos ocupavam posições académicas que lhes permitissem formar outros indivíduos. A maior parte dos pensadores clássicos (Tocqueville, Comte, Marx, Spencer e Simmel, por exemplo), nem sequer chegaram a ocupar posições permanentes em qualquer universidade. Hoje em dia, a educação formal em teoria social transformou-se numa indústria massificada que envolve dezenas de milhar de alunos por ano em faculdades por todo o mundo. Em terceiro lugar, as teorias sociais encontram-se hoje menos claramente associadas à acção política e à reforma social do que acontecia antes. A sociologia, não nos devemos esquecer, surgiu como a resposta científica à chamada “questão social” que afligia as sociedades europeias do século XIX — i.e., as perturbações sociais e políticas desencadeadas pela Revolução Industrial. As teorias sociais eram, então, ferramentas para lidar com problemas sociais e políticos. Comte (e em certa medida, Durkheim), por exemplo, inquiriam-se sobre como poderia a ordem social ser restabelecida após as convulsões políticas e económicas da época. Tocqueville tentava perceber como se poderiam reconciliar a igualdade de oportunidades e a liberdade, e Marx procurava desenvolver um tipo de sociedade mais igualitária e menos alienante. Para todos eles a teoria social não era um fim em si próprio; era tida como um medium necessário para lidar com questões políticas e sociais correntes. Nos dias de hoje existe uma consciência muito mais pronunciada de que a reforma social e o activismo político não estão internamente ligados à teoria social. Quando pensadores contemporâneos como Jürgen Habermas intervêm na esfera pública, fazem-no como intelectuais públicos, i.e., como cidadãos preocupados com o bem público. A teoria social de Habermas não está, por esse acto, em causa. A sua validade depende da sua profundidade intelectual e da sua consistência interna, características estas que são estabelecidas através de processos académicos como o “*peer review*” anónimo ou a verificação empírica, e não pela sua capacidade para “resolver” problemas políticos. Hoje em dia, a teoria social e a vida política são dois domínios profissionais altamente diferenciados, com princípios organizacionais e objectivos separados.

A teoria social foi sujeita a profundas transformações nas últimas quatro décadas. Nos anos 60 do século passado, acontecimentos como as revoltas estudantis de Maio de 1968 em Paris e o movimento dos direitos cívicos nos Estados Unidos contribuíram decisivamente para uma mudança radical na paisagem intelectual. Em consequência disto, o edifício intelectual que Talcott Parsons havia vindo a construir cuidadosamente desde a década de 1930 foi espectacularmente destruído. Em menos de uma década, o estruturalismo funcional parsoniano passou de

paradigma dominante da sociologia, para alvo consensual a abater por uma geração inteira de teóricos sociais. A década de 1970 foi dedicada à experimentação de alternativas viáveis ao estruturalismo funcional: o interaccionismo simbólico, a etnometodologia, a teoria dos conflitos e a teoria da troca foram alguns dos paradigmas apresentados como solução para a crise desencadeada pela derrocada do projecto de Parsons. O início da década de 1980 assistiu ao retorno da tradição da grande teoria social. Em apenas alguns anos, as prateleiras de sociologia foram ocupadas por tentativas, em vários tomos, de efectuar grandes sínteses teóricas. O neo-funcionalismo de Jeffrey Alexander, o estruturalismo genético de Pierre Bourdieu, a teoria da estruturação de Anthony Giddens e a teoria crítica de Habermas viram a luz do dia durante este período.

Estas teorias possuem duas características em comum. Em primeiro lugar, todas elas tentam integrar tradições teóricas ou filosóficas opostas. Tentam, por exemplo, integrar noções estruturalistas com ideias da sociologia interpretativa, e tentam transcender a oposição entre determinismo e voluntarismo. Em segundo lugar, todas elas desejam ultrapassar anteriores dualismos. Tentam, por exemplo, estar para lá da oposição entre o indivíduo e a sociedade. Para além destas duas características, o estruturalismo genético e a teoria da estruturação possuem outros traços em comum. Ambas rejeitam as visões mecanicistas do mundo social, nas quais as estruturas são tidas como algo que é imposto aos indivíduos. Ao invés, os indivíduos são vistos como agentes activos — sendo o seu comportamento restringido mas não determinado. Tanto Bourdieu como Giddens defendem que as rotinas diárias dos indivíduos radicam num mundo tido-como-certo. Em geral, os indivíduos sabem como agir de acordo com as regras implícitas e partilhadas que constituem esse mundo. Eles recorrem a essas regras e, ao fazê-lo, reproduzem-nas involuntariamente.

A teoria social do *fin-de-siècle* difere da do passado recente em três aspectos importantes. Primeiro, temos aquilo a que se chama a “viragem empírica” na teoria social contemporânea. Referimo-nos à tendência dos teóricos contemporâneos em abandonarem ambições universalistas, concentrando-se, em vez disso, na transição para a modernidade e sobre a sociedade actual. Este empreendimento intelectual é empírico na medida em que apresenta um diagnóstico da natureza empírica da modernidade e da sociedade contemporânea. Os seguidores da viragem empírica não abandonam a teoria enquanto tal. Desenvolvem, antes, uma grelha de referência teórica que possibilita a compreensão do carácter distintivo e dos problemas da sociedade moderna e contemporânea. As sociologias epocais de autores como Richard Sennett, Ulrich Beck ou Zygmunt Bauman são exemplos desta viragem empírica (ver capítulo 8).

Em segundo lugar, temos a “viragem normativa”. Até recentemente, temas como os da justiça, a igualdade e a democracia eram dados como intratáveis por uma teoria social objectiva. A partir da década de 1990, no entanto, alguns teóricos sociais passaram a incluir entusiasticamente estes tópicos morais e políticos nas suas agendas. Da ética do discurso de Habermas à ética pós-moderna de Bauman, passando pelos escritos de Judith Butler sobre a natureza performativa da identidade de género, a teoria social normativa estabeleceu-se firmemente como uma

modalidade legítima de pensamento social. Em terceiro lugar, a globalização passou a ser um tópico de grande interesse para os autores de teoria social. Se a modernização foi a preocupação central da geração do pós-guerra e os novos movimentos sociais constituíram o interesse principal dos teóricos sociais durante a década de 1970 e primeira parte de 80, não existe hoje nenhum importante teórico social que não aborde o tema da globalização. Existem, no entanto, diferenças assinaláveis no tratamento deste tópico. Há os que tentam desenvolver uma nova teoria social geral acerca das redes globais, como Manuel Castells; existem os que, como Habermas ou Axel Honneth tentam explorar o potencial democrático e emancipatório deste processo de cosmopolitismo crescente; e há os que tentam desenvolver comparações globais e inter-civilizacionais por forma a promover modos não etnocêntricos de teorização social (Shmuel N. Eisenstadt é um destes exemplos).

A estrutura deste livro pode ser descrita do seguinte modo. A maioria das perspectivas contemporâneas são influenciadas por um ou outro antecedente oitocentista. Tanto o estruturalismo (ver capítulo 1) como o funcionalismo (ver capítulo 2) partilham da imagem holística durkheimiana da sociedade. De acordo com a doutrina holística, a sociedade deve ser estudada como um todo e este todo não pode ser reduzido a um mero somatório dos seus componentes. Tal como Comte, Durkheim afirmava que a sociedade é uma entidade *sui generis*; ou seja, uma entidade com a sua própria complexidade. A sociedade pode, assim, não ser apenas vista como um agregado de indivíduos em busca dos seus interesses pessoais. Da mesma forma, o estruturalismo e o funcionalismo interessaram-se sobre o modo como as diferentes partes do sistema social se interrelacionam e contribuem para o dito sistema. Os estruturalistas procuram as estruturas sociais subjacentes que constringem e determinam as acções e os pensamentos dos indivíduos. Os indivíduos em questão não estão necessariamente conscientes da existência de estruturas, e raramente têm consciência *a fortiori* dos efeitos constringentes dessas mesmas estruturas. Adicionalmente, os teóricos sociais estruturalistas fazem uso frequente de analogias com os processos linguísticos por forma a explicarem fenómenos sociais, não linguísticos. Fazem-no recorrentemente apoiando-se na obra de Ferdinand de Saussure, o pai fundador da linguística estrutural.

Os funcionalistas, ao contrário, acreditam na existência dos chamados pré-requisitos funcionais universais. Ou seja, defendem que para que um qualquer sistema social sobreviva, um conjunto de funções ou necessidades precisam de ser cumpridas. Por exemplo, para que um sistema não se desintegre é necessário um mínimo de solidariedade entre os seus membros. Os funcionalistas prestam, assim, atenção à forma como diversas práticas sociais preenchem (ou podem preencher) as necessidades centrais do sistema maior no qual estas práticas se inscrevem. Da mesma forma que o estruturalismo presta atenção às estruturas subjacentes raramente percebidas pelos indivíduos, o funcionalismo centra-se em funções que tendem a ser ignoradas pelos indivíduos nelas envolvidos. Tal como o estruturalismo, o funcionalismo tornou-se particularmente influente durante as décadas de 1950 e 1960. Um grande número de autores aderiu, então, a ambas as perspectivas tentando integrá-las num quadro

“estrutural-funcionalista”. Parsons foi o maior expoente deste ponto de vista. O funcionalismo passou completamente de moda nos anos 70 do século passado, mas os anos de 1990 viram um revivalismo do pensamento funcionalista. Quando comparado com o seu antecessor, o “neo-funcionalismo” é uma corrente abrangente na medida em que tenta integrar noções funcionalistas com ideias oriundas de teorias rivais.

Durante muito tempo, as chamadas “sociologias interpretativas” (ver capítulo 3) constituíram as principais alternativas à hegemonia do estrutural-funcionalismo. Nestas estavam incluídos o interaccionismo simbólico, a abordagem dramaturgica e a etnometodologia. As duas primeiras inspiravam-se na obra do filósofo norte americano G. H. Mead. As teorias de Mead (mas ao contrário do estruturalismo e do funcionalismo) realçam a importância social da individualidade humana, isto é, afirmam que a sociedade é possível apenas porque os indivíduos possuem a capacidade de reflectir sobre as suas próprias acções (reais ou imaginárias) e sobre as acções dos outros. Ao contrário do que é defendido pelo estruturalismo e pelo funcionalismo, as acções dos indivíduos não são vistas apenas como um produto das estruturas sociais sobre estes impostas. Em vez disso, estas “escolas interpretativas” sublinham que os indivíduos interpretam activamente a sua realidade circundante e agem em consonância. Esta mesma ênfase na agência e reflectividade humanas encontra-se presente na etnometodologia de Harold Garfinkel e nas teorias que com ela se relacionam. Discutimos, ainda, a utilização da microsociologia na teoria geral social, por exemplo, na obra de Randall Collins.

Existem, no entanto, outras propostas micro-sociológicas que não são interpretativas. O exemplo mais óbvio é a teoria da escolha racional (ver capítulo 4). Os teóricos da escolha racional defendem que é possível explicar e antever fenómenos sociais e políticos através do recurso à noção do agente racional auto-implicado. Desta forma, tal como Weber e Tocqueville, abordam a vida social reportando-se ao facto de que os indivíduos agem intencionalmente produzindo efeitos, alguns dos quais intencionais e outros não intencionais. No entanto, assumem igualmente uma racionalidade constante. Existe uma extensa literatura sobre aquilo que pode ser considerado racionalidade. Racionalidade significa, *inter alia*, que os indivíduos possuem uma clara ordenação de preferências, que recolhem informações acerca dos custos implicados na obtenção dessas preferências e que agem de acordo com isso. Este é um modelo de clara inspiração económica; como tal, alguns teóricos da escolha racional referem-se ao seu ponto de vista como a “abordagem económica”, tentando demonstrar a utilidade da sua teoria na interpretação de fenómenos tradicionalmente não associados com a economia. Tomemos, por exemplo, os padrões matrimoniais, as taxas de fertilidade ou o comportamento criminal. Os teóricos da escolha racional consideram que quanto mais uma prática é, à primeira vista, irracional, maior é o seu feito ao demonstrarem que essa prática é afinal racional. A teoria da escolha racional popularizou-se nas décadas de 1980 e 1990, um facto parcialmente relacionado com o ressurgimento do interesse pelo papel das instituições.

Tanto a etnometodologia como a teoria da estruturação são fortemente influenciadas pela fenomenologia social de Alfred Schutz e pelo pensamento tardio

de Wittgenstein. Garfinkel e outros partidários da etnometodologia investigam em que medida os indivíduos reconstituem activamente (embora de forma não intencional) a ordem social através das suas actividades quotidianas. A teoria da estruturação de Giddens (ver capítulo 5) apoia-se em Erving Goffman e em Garfinkel para demonstrar que a ordem é, na verdade, uma realização prática levada a cabo por indivíduos competentes com um profundo conhecimento da vida social. Esse conhecimento tende a ser tácito (com uma compreensão não pronunciada), em vez de discursivo (no qual essa compreensão pode ser expressa em palavras). Estas escolas interpretativas emergiram em especial nos anos de 1960; a teoria da estruturação surgiu durante o final dos anos 70 e o início dos anos 80 do século passado. A análise da modernidade apresentada por Giddens será contrastada com outras abordagens sociológicas históricas. Charles Tilly, Theda Skocpol, Michael Mann e Eisenstadt são os autores das propostas teóricas que discutiremos a este propósito.

O estruturalismo francês acabou por conduzir ao pós-estruturalismo durante o curso das décadas de 1970 e 1980. Ambos possuem bastante em comum. Por exemplo, o conceito moderno de indivíduo não antecede o social. Emerge de estruturas espaço-temporais ou discursivas específicas. Os pós-estruturalistas, no entanto, divergem dos seus antecessores ao abandonarem, por exemplo, as pretensões científicas do estruturalismo. Os pós-estruturalistas namoram com o perspectivismo nietzschiano, que considera que não existe uma perspectiva absoluta a partir da qual se possa emitir afirmações acerca do que existe ou do que deveria existir. Tendem a adoptar frequentemente algum tipo de relativismo: diferentes enquadramentos epistemológicos produzem novos significados, e cada enquadramento é acompanhado por novos standards de racionalidade e verdade. Os pós-estruturalistas mais conhecidos são Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Michel Foucault. Derrida exerceu uma enorme influência sobre a teoria e crítica literária, e Deleuze na filosofia. A obra de Foucault (ver capítulo 6) é de particular relevo para os nossos propósitos. Embora fosse historiador de formação, os seus escritos tiveram um enorme impacto na teoria social. Centrar-nos-emos na sua metodologia histórica uma vez que, ao fazê-lo, elucidaremos a natureza extremamente original do seu projecto. Algumas das ideias de Foucault foram continuadas por alguns teóricos sociais contemporâneos. Discutiremos dois desses casos: a sociologia da punição de David Garland e a análise biopolítica de Nikolas Rose.

Bourdieu e Giddens reconhecem o potencial crítico da sociologia e da teoria social. Esta última, em particular, pode a reflectir criticamente sobre a sociedade. No entanto, a tarefa de desenvolver as fundações de uma teoria crítica foi levada a cabo principalmente pela Escola de Frankfurt, e em particular por Habermas (ver capítulo 7). Focar-nos-emos em Habermas devido à grande sofisticação da sua versão de teoria crítica. Sendo extremamente elaborada, integra uma grande variedade de tradições filosóficas e sociológicas. Tal como outros racionalistas liberais, Habermas promove a implementação de procedimentos para um debate aberto e livre entre iguais. As suas noções de “racionalidade comunicativa” e de “situação discursiva ideal” situam-se em torno desta visão. A utopia de Habermas parece-se de forma suspeita com um seminário académico: a sociedade deverá organizar-se por forma a que os indivíduos possam criticar abertamente o que os outros dizem.

Da mesma forma, todos deveriam ser capazes de defender o seu ponto de vista contra as críticas dos outros. Para Habermas, esta visão de um debate aberto e livre subjaz a uma filosofia iluminista. Se Habermas é o mais importante representante da segunda geração da Escola de Frankfurt, Honneth é seguramente o mais influente da terceira. Discutiremos a sua teoria do reconhecimento, uma sofisticada tentativa de actualizar o modelo de reconhecimento hegeliano com o contributo da teoria do *self* de Mead.

No capítulo 8, discutimos tendências actuais da teoria social que se centram na natureza empírica na nossa época globalizada de “modernismo tardio”. Começamos por analisar as descrições sugestivas que Sennett faz das consequências ocultas que a globalização económica trazem para a vida pessoal. Sygmunt Bauman e Ulrich Beck são os exemplos salientes desta viragem empírica, e discutiremos também as suas contribuições neste capítulo. Trataremos, em particular, da validade do argumento de Bauman onde se afirma que a passagem para uma sociedade moderna (e para técnicas de organização modernas) implica perigos diversos. Em *Modernity and the Holocaust*, Bauman assinala que a passagem para a modernidade vai de par com a ideia de um estado-nação homogéneo, com a convicção de que os indivíduos e a sociedade podem ser aperfeiçoados, e com o declínio da responsabilidade individual nas suas instituições burocráticas. Para Bauman isto significa que é possível que exista um elo entre a modernidade e atrocidades como o Holocausto. Avaliaremos igualmente a perspectiva de Beck de que a sociedade actual é uma sociedade do risco e que, como tal, é radicalmente diferente dos anteriores patamares da modernidade. Segundo Beck, a diferença é tão colossal que requer um novo vocabulário sociológico. A teoria social da “sociedade em rede” de Castells e a análise político-económica da hierarquia urbana das cidades globais de Saskia Sassen são duas outras propostas analisadas neste capítulo.

Na conclusão, reconsideramos o estatuto preciso da teoria social hoje em dia e reavaliamos os seus objectivos e a sua função. Começamos por discutir os papéis da teoria social. A nossa tese é a de que a teoria social não só funciona como facilitador intelectual entre diferentes disciplinas, mas propicia igualmente uma definição da agenda comum de sociólogos, antropólogos e de muitos outros cientistas sociais. Apresentamos, em seguida, a nossa visão para o estudo da teoria social. Em vez de tentar captar uma realidade previamente oculta, como indiciam os modelos tradicionais de investigação social, defendemos que o objectivo da teorização social deve ser a criação de leituras inovadoras da questão social. O nosso “pragmatismo de inspiração hermenêutica” implica quatro componentes distintas — conceptualização, crítica, edificação e imaginação — e incita os praticantes contemporâneos da teoria social a adoptarem uma perspectiva mais lata e a reflectirem sobre um mundo que temos, até aqui, tomado por certo. Em vez de conceber a investigação social como uma tarefa fundamentalmente explanatória ou preditiva, a nossa perspectiva neo-pragmatista quer promover a investigação social em termos de um envolvimento continuado com a alteridade, um processo que, em última análise, contribua para busca de formas mais ricas de re-descrição colectiva.

A nossa agenda

Subjaz a este livro uma visão particular do que constitui uma forma frutífera de pensar a teoria social. Esta visão comporta também consequências relativamente à forma como a teoria social deve ser ensinada. Podemos pô-la em contraste com o modo pelo qual diversas obras (introdutórias ou avançadas) sobre este assunto tendem a proceder. Em primeiro lugar, muitos comentadores cedem à “falácia do reducionismo explicativo”: pressupõem que as teorias procuram necessariamente *explicar* (e possivelmente prever) fenómenos sociais empíricos. De facto, quando os sociólogos falam de “teoria *sociológica*” (em vez de teoria *social*), adoptam frequentemente esta noção mais restritiva de teoria com um intuito exclusivamente explanatório. Preside a este livro a ideia pragmática de que o conhecimento pode ser relacionado com uma grande diversidade de objectivos, sendo a explicação apenas um deles. Isto significa que qualquer estudante de teoria social deve reflectir sobre aquilo que a teoria em causa se propõe conseguir fazer. Por exemplo, algumas teorias são desenvolvidas para promover a compreensão e não exactamente a explicação de fenómenos; outras teorias buscam a crítica e a auto-emancipação (ver capítulo 6). Outras teorias ainda, como procuraremos demonstrar, permitem-nos desenvolver a auto-compreensão: permitem-nos reconsiderar alguns dos nossos pressupostos e re-descrever e reavaliar a nossa constelação social presente (ver capítulos 5 e 8). Em suma, ao abordar qualquer teoria, é importante ter em conta aquilo que ela pretende exactamente conseguir.

Em segundo lugar, alguns comentadores cometem aquilo a que chamamos a “falácia do perspectivismo”. Por “perspectivismo” queremos aqui significar a ideia (muitas vezes implícita) de que não existe qualquer padrão independente que nos permita julgar e comparar teorias rivais. Embora muito poucos sejam os que aderem explicitamente a esta ideia, mais são os que efectivamente a praticam. É possível reconhecer os perspectivistas através do modo como descrevem as diferenças entre teorias. Parecem acreditar que aquilo que distingue as várias teorias é apenas que cada uma tenta fazer luz sobre aspectos diferentes da vida social. Por exemplo, uma teoria centra-se no poder, outra na interacção quotidiana e outra ainda nos valores e normas. Nenhuma delas é tida como superior a qualquer outra; todas realçam diferentes características do domínio social. Subjaz a este livro a forte convicção de que as diferenças entre teorias sociais não podem ser reduzidas a meras diferenças de ênfase ou de assunto. Existem, na verdade, um conjunto de padrões pelos quais as teorias sociais podem ser julgadas e comparadas, os mais importantes dos quais são a profundidade intelectual, a originalidade, a clareza analítica, o poder explanatório e a consistência interna. Embora não nos refiramos explicitamente a estes critérios, empregamo-los ao longo do que se segue.

Em terceiro lugar, alguns comentadores da teoria social cometem a “falácia do externalismo”, visto que apresentam críticas externas dos autores discutidos. Ou seja, as teorias sociais são frequentemente criticadas por não conseguirem atingir objectivos que os teóricos não pretenderam sequer atingir inicialmente. Por exemplo, muitos criticaram Garfinkel por não ter em atenção estruturas sociais alargadas. Isto, tomado isoladamente, é obviamente uma crítica externa porque a

questão das estruturas alargadas se encontra fora do âmbito do projecto de Garfinkel. Consideramos que as críticas externas (pelo menos tidas isoladamente) são geralmente pouco desejáveis, e tentamos evitá-las neste livro. Ninguém pode conseguir tudo. Criticar uma teoria por ignorar algo não é particularmente informativo. Em geral, é mais apropriado avaliar as teorias a partir do seu interior — considerando a sua consistência interna. Não quer isto dizer que todos os projectos possuam o mesmo valor. Alguns pressupostos ou objectivos teóricos são, efectivamente, mais plausíveis ou interessantes do que outros. Não quer isto também dizer que as críticas externas sejam sempre desadequadas. Na verdade, existem pelo menos duas formas pelas quais estas podem ser úteis: podem constituir um patamar em direcção a uma crítica interna — por exemplo, podemos demonstrar que algumas das proposições de Garfinkel podem ser comprometidas se tomarmos em conta assuntos estruturais mais latos; e podem ser utilizadas como *medium* para o desenvolvimento da nossa própria teoria social — por exemplo, a teoria da estruturação de Giddens assenta sobre uma série de críticas externas.

Em quarto lugar (e relacionado com o ponto anterior), alguns comentadores cedem àquilo que chamamos a “falácia política”. Criticam as teorias pelos seus *efeitos*, potenciais ou reais, sobre os assuntos socio-políticos. Uma crítica comum feita à teoria social funcionalista é a de que mantém ou reforça o *status quo* político. Não duvidamos de que algumas publicações de teoria social *possam* afectar a sociedade. Também não pretendemos defender a impossibilidade de avaliar ou antever os efeitos prováveis de uma dada teoria. É, por exemplo, provavelmente verdade que, quando comparada com outras teorias, o funcionalismo possa ser usado de modo mais eficaz como justificação para qualquer ordem socio-política existente. Mas a identificação de consequências potenciais ou efectivas de uma teoria *não* devem normalmente interferir com a apreciação intelectual da mesma. Consideramos apenas algumas excepções a esta regra, uma das quais se refere ao fenómeno da chamada profecia que se auto-anula. Ou seja, em alguns casos sucede que, a partir do momento em que uma teoria passa a ser do conhecimento público, os indivíduos começam a agir sob formas que levam à erosão dessa mesma teoria. Nestes casos, a identificação dos efeitos da teoria é crucial para o julgamento que se pode fazer quanto à sua validade. Em geral, no entanto, tal não ocorre. Neste livro preocupamo-nos com a validade intelectual das teorias sociais, não com os seus efeitos, intencionais ou não, sobre a sociedade.

Dito isto, pretendemos agora clarificar dois pontos acerca da estrutura do livro. Em primeiro lugar, com a excepção dos capítulos 3, 8 e 9, todos os restantes capítulos incidem sobre uma escola ou ponto de vista particular da teoria social, nomeadamente: estruturalismo (capítulo 1), funcionalismo e neo-funcionalismo (capítulo 2), teoria da escolha racional (capítulo 4), teoria da estruturação de Giddens (capítulo 5), a posição pós-estruturalista de Foucault (capítulo 6), a teoria crítica de Habermas e Honneth (capítulo 7). O capítulo 3 aborda diversas teorias que lidam com matérias micro-sociológicas: o interaccionismo simbólico, a etnometodologia, a abordagem dramaturgic e a análise da confiança pela escolha racional. O capítulo 8 trata dos modos como a teoria social actual tenta fazer sentido da globalização e da modernidade tardia ou reflexiva. Em segundo lugar, cada

capítulo segue uma clara sequência temporal. O capítulo 1, por exemplo, inicia-se com os precursores do estruturalismo (Durkheim e Saussure), seguindo para a antropologia estruturalista de Claude Lévi-Strauss, discutindo, por fim, as recentes tentativas de associar o estruturalismo com algumas ideias de Heidegger e do Wittgenstein tardio. A sequência dos capítulos segue uma lógica temporal menos estrita.

Este livro deverá ser de leitura acessível a estudantes de licenciatura e de pós-graduação em artes e humanidades. Cada capítulo pode ser lido independentemente dos restantes.